



## A Educação Desportiva

Manuel Sérgio

Professor aposentado da FMH/UTL-Presidente do ISET (Instituto Piaget-Almada)

Sergio, M; (2006). A Educação Desportiva[\*]. Motricidade 2(2): 117-122

I. O neoliberalismo é o modelo que define a economia hodierna, a qual desta forma permite que alguns interesses privados controlem, com mão resoluta, a vida social, visando maximizar o seu lucro pessoal, sob a mão tutelar dos presidentes e governantes norte-americanos e britânicos, nomeadamente a partir de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. O neoliberalismo, como doutrina, poucos a conhecem e, quando dele se fala, os “opinion maker’s” escondem a crítica, mesmo a civilizada e suave, no incenso da adoração à liberalização e flexibilização dos mercados, à competitividade e livre iniciativa empresariais, proclamando, com exuberância emocional, a inutilidade de qualquer socialismo controlador da iniciativa privada e promotor de um movimento ininterrupto de nacionalizações. Demais, “o neoliberalismo actua melhor quando existe uma democracia eleitoral formal, mas desde que a população seja desviada das fontes de informação e dos debates públicos, que habilitam à formação participativa de uma tomada de decisão” (Noam Chomsky, Neoliberalismo e Ordem Global, Editorial Notícias, Lisboa, 2000, p. 9). E assim bem podem repimpar-se, nos seus fofos cadeirões, os que enriquecem à sombra do status quo. Depois de uns minutos de circunspeção, eles ficam a saber que muitos dos marginalizados, iletrados e acríticos, hipotecariam a alma, por meia dúzia de cêntimos...

Após o colapso do “socialismo científico”, o neoliberalismo triunfou, sem outro modelo político que lhe desse luta. E assim a globalização (que não é necessariamente prejudicial) tornou-se o meio privilegiado de expansão da economia capitalista, se bem que “a liberdade das trocas, da circulação do capital e da especulação financeira, da competição selvagem e da fusão dos mercados num só mercado universal, sendo importantes” não sejam “as únicas dimen-

sões do fenómeno” (António Almeida Santos, A Globalização, um processo em desenvolvimento, Instituto Piaget, Lisboa, 2005, p.44). A globalização, acompanhada da infoglobalização (ou da universalização das informações) chegaram à vida toda de cada um de nós e da sociedade em geral, originando uma crise de tamanha monta, a todos os níveis e estruturas, que não há por aí ninguém que, diante dela, seja capaz de remeter-se a um cómodo desdém. Os valores, sempre de pulso forte, que informavam a juventude; os laços comunitários que permitiam uma vida suave e sem solavancos; o patriotismo, como sentimento acrisolado, inultrapassável – tudo isto o vento da globalização levou, ao mesmo tempo que o capitalismo mundializado parece ser o “fim da História” (Fukuyama). Com os aplausos de Gorbachev, então dono do Kremlin, ao presidente Ronald Reagan – era caso para ponderar: estamos mesmo no “fim da História”?

As democracias, onde o capitalismo actual viceja e onde, portanto, a ortodoxia neoliberal se instala, limitam-se a certos formalismos essenciais, mas que não pretendem desmantelar um mercado, uma publicidade, um marketing, sem escrúpulos, que nos pretendem reduzir a simples espectadores e consumidores. Correu mundo a afirmação de Margaret Thatcher: “diante da democracia neoliberal, não há alternativa”, retomada, no Brasil, por político de renome: “dentro da globalização não há alternativas e fora dela não há salvação”. Bichanava-lhes ao ouvido, de certo, o velho lema: What’s good for the General Motors, is good for the USA. Ora, se não há alternativa ao modelo dominante, onde a democracia é escrava do mercado, vibra-se um golpe de morte na democracia, pois que esta manifesta um ostensivo debilitamento, diante do “pensamento único”. O processo democrático encontra-se reduzido ao ritual eleitoral, a decretos-lei e a periódicas e





verbais contestações de rua. O povo nada sabe e nada pode, delegando o seu saber e o seu poder, nos governantes, nos deputados e na alta finança. E não lhe perguntem por que aumenta a desigualdade, a exclusão, a despolitização, o individualismo possessivo e competitivo, a violência urbana, precisamente em plena democracia neoliberal. À tona da sua resposta sobrenadará uma funda antipatia por um ou outro político e deixará incólume o sistema. A árvore não lhe deixa ver a floresta.

II. Qualquer crítico pouco, mesmo pouco sagaz, sabe hoje que o sistema educativo (e o sistema desportivo) é um subsistema do sistema social e assim a escola (e o desporto) está condicionada pelo que ocorre na sociedade toda. Mas também a escola (e o desporto) pode ser factor de transformação social, ajudando a formar especialistas e técnicos, que sejam cidadãos livres e libertadores. Também aqui há um corte epistemológico a fazer, ao romper com a ideia clássica, adveniente das obras de T.R. Malthus e D. Ricardo, de que os factores de produção decisivos, para o bem-estar das populações, seriam o espaço, a energia e a terra cultivável. T. W. Schultz sustenta, ao contrário, que “os factores de produção decisivos são a melhoria, na qualidade das pessoas, e os avanços no conhecimento (Invertiendo en la gente, Biblioteca Ariel, Argentina, 1985, p. 9). Portanto, os gastos com a educação, com a formação especializada, com a saúde, etc. representam investimentos em capital. A hipótese fundamental desta teoria consiste no facto de que a qualidade do capital humano é a “causa das causas” do progresso e do desenvolvimento. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), traçados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, no ano de 2000, pelos 189 Estados-Membros, apontam, como meta, entre outras, a atingir até 2015, “garantir que todas as crianças possam completar um ciclo do ensino básico”, já que “actualmente, existem 115 milhões de crianças, em idade esco-

lar, que não frequentam a escola. Trata-se, na sua maioria, de crianças pobres, cujos pais não receberam também qualquer tipo de educação formal” (A página da educação, Janeiro de 2006, p. 35).

Na economia global do século XXI, a qualificação científica e profissional da força de trabalho (man-made comparative advantage) produz um efeito mobilizador, nas empresas e na sociedade. Só que a civilização do consumo pelo consumo, do crescimento pelo crescimento, da competição pela competição, incapaz de uma síntese entre a liberdade e a igualdade (os socialistas dizem potenciar a igualdade, os neoliberais inculcam pujança na liberdade) – reduziu o homo sapiens a homo oeconomicus e é lamentável a marginalização que grassa, mesmo entre os licenciados, mestres e doutores de países da Europa Ocidental, para descrédito da própria democracia. Se o ser humano não passa de coisa ou de simples objecto ao serviço do lucro, não surpreende o desemprego e o subemprego, onde se implantou um desenvolvimento sustentável, baseado no aumento da produtividade. Por outro lado, a concepção de Homem como ser essencialmente egoísta e egocêntrico, determinado, como besta selvagem, por estímulos de castigo ou recompensa, revivesce as velhas definições de Homem (homo homini lupus) e de Sociedade (bellum omnium contra omnes) e dá lugar ao surgimento de minorias dominantes e de um Estado como executor e zelador dos interesses do Big Business. Maurice Allais, Prémio Nobel da Economia em 1988, alerta-nos para o facto de vivermos sob o “livre-cambismo mundialista” mais conhecido por “globalização” confeccionada pela Administração dos Estados Unidos. Tal como analisa Bernard Perret: “Não se pode negligenciar que a lógica do capital coincide, em larga medida com os interesses e as estratégias da nação norteamericana” (Bernard Perret, Les nouvelles frontières de l’argent, Le Seuil, Paris, p. 117).

Nesta sociedade, que educação e que desporto?



Tenho para mim que existe uma contradição insanável entre os dois pilares da sociedade actual: o liberalismo económico e a democracia. É que o liberalismo económico, se não gera regimes totalitários, produz “regimes globalitários”, na expressão de Ignacio Ramonet, os quais se fundam nos dogmas da globalização e do pensamento único. O capitalismo triunfante, sempre que resolve um problema, origina outro inevitavelmente, já que não põe limites à ganância privada. Aqui, os bens deixam de referir-se à reprodução da vida, porque se centram na reprodução do capital. Assim, há que criar um desporto que seja contra-poder ao poder da sociedade mercantil, em que tudo se compra e se vende e em que o próprio Desporto deixa de propiciar vivências de superação, na generosidade e na solidariedade. Como escreve Emir Sader, no seu livro *A Vingança da História: o neoliberalismo não é só uma política económica*, “trata-se de um projecto hegemónico internacional, que tem na supremacia norte-americana o seu agente fundamental e no livre comércio a sua ideologia” (Boitempo Editorial, S. Paulo, 2003, p.170). Ora, se este projecto hegemónico é factor de subdesenvolvimento para um quinto da humanidade – bem é que o desporto se transforme numa prática donde ressalte uma ideologia (para mim, um neo-socialismo que seja uma cultura do ser). Sugerimos assim um novo Desporto que resulte de uma nova Política e uma nova Política que resulte também de um novo Desporto que respeite as constantes tendencias da biologia, mas não faça da concorrência o seu fim último.

III. Eis aí a nossa proposta:

1. Um Desporto que não seja apenas uma actividade física (refiro-me a qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos, que resulte em dispêndio de energia) mas também consciencializada por problemas sociais e políticos. Os efeitos preventivos da motricidade humana, na forma de jogo e desporto, no que

respeita a diversas patologias e como experiência de desenvolvimento humano, é indiscutível. Só que uma abordagem sistémica do Desporto atribui de facto grande importância ao esforço físico, mas não esquece que o ser humano só se realiza, quando o ter se orienta em direcção ao ser. Ter saúde é pouco, se nela não há significação e sentido, para além de um conformismo massificador, testemunha de proezas físicas bestiais... dos outros! A relevância “que o desporto assume na sociedade actual requer um maior investimento da classe política e dos partidos, para o estudarem e compreenderem” (Gustavo Pires, *Gestão do Desporto – desenvolvimento organizacional*, apoged, Porto, 2005, p.182). Mas como fazer do Desporto um aspecto da luta necessária por uma sociedade mais equitativa? Fazendo do Desporto uma construção cultural, onde o conhecimento científico apareça como um compósito de princípios epistemológicos, sociológicos e políticos. É de lastimar, por exemplo, que, por interesses pessoais e institucionais, a epistemologia e a política ainda não figurem, como disciplinas, nos cursos de Ciências do Desporto, nas nossas universidades. Uma prioridade científica há-de ter sempre uma justificação epistemológica e o apoio político. Só que o neoliberalismo não é simplesmente um modelo, é uma ideologia total que penetrou na própria universidade; que inquina o Desporto, desfazendo o mito da existência de um “Desporto pelo Desporto”; que emerge dos espectáculos desportivos, verdadeiros espaços de violência verbal e física.

2. O Desporto deve considerar como um dado a ter em conta a questão dos valores. “Os valores do mercado penetraram em sectores da sociedade a que anteriormente presidiam condições de não mercado” (George Soros, *A Crise do Capitalismo Global*, Temas e Debates, Lisboa, 1999, p. 105). Ora, a vocação do Desporto é Ética, antes do mais. O Desporto (repito-me) não radica, unicamente, em princípios biológicos. A prática



desportiva parte de uma zona de sobrevivência (a motricidade humana como factor de desenvolvimento), para uma zona do ter (ter condições para uma vida plena), acabando numa zona do ser (do Desporto ao Homem, na sua plenitude). A primeira missão da Educação é promover a formação de valores. Ora, o Desporto não é apenas um saber-fazer, próprio da especialização técnica dos profissionais, mas também um saber-agir, decorrente do cuidado ou do cuidar. H.-G. Gadamer, no livro *O mistério da saúde – o cuidado da saúde e a arte da medicina* (Edições 70, Lisboa, 1997) acentua a diferença fundamental entre saber fazer e saber agir. Diz o filósofo, em diálogo com o médico Vitor von Waisacker, que as sociedades contemporâneas vivem sob o império do saber fazer operatório. Para ele, a acção divide-se em teoria, em técnica e em práxis e é precisamente no agir (onde há teoria e técnica e práxis) que realizamos e nos realizamos, sempre com solicitude e amor. Donde o concluir-se que os licenciados em Desporto e os técnicos desportivos não poderão desprezar nem a teoria, nem a técnica, nem a práxis, desde o jogo e o lazer desportivos até à alta competição. Não será de repensar, por isso, os cursos de treinadores das várias modalidades e... as licenciaturas em Ciências do Desporto? É que, na esteira de Gadamer, o Desporto, porque é acção, deverá entender-se como uma ciência que jamais poderá interpretar-se, como puro comércio ou simples técnica.

3. “Método e teoria são interdependentes. A metodologia, por simples ou básica que seja, depende de um conjunto de su-

postos teóricos. Por exemplo, a recolha de dados sobre o desporto requer (...) uma definição de desporto de modo que, antes do mais, ela esteja presente em tudo o que se faz. Sem esta orientação conceptual, não há parâmetros, nem fronteiras, nem limites” (Kendall Blanchard y Alice Cheska, *Antropologia del Deporte*, ediciones bellaterra, s.a., Barcelona, 1986, p.43).

Para mim, o Desporto, como motricidade humana e como moral em acção, é epistemologicamente um dos aspectos de uma nova ciência humana e politicamente poderá visar o nascimento de um novo socialismo (que se confunde com uma democracia participativa e uma economia distributiva), ou de uma nova cultura do ser. Para tanto, há que rejeitar qualquer política reformista que pretenda “humanizar” o que não tem humanização possível: um desporto ao serviço do neoliberalismo, promotor da sociedade de mercado que, por sua vez, se funda na exploração e alienação como fonte de acumulação do capital. E rejeitar também o Desporto como actividade (ou educação) física porque, quando se trabalha o físico tão-só, ajuda-se ao nascimento de máquinas a-desejantes e a-céfalas. O próprio treino desportivo deverá significar vontade de transcendência ou superação – o que supõe a criação de espaços, onde a transcendência seja possível, ou seja, de uma sociedade diferente. Como saber agir, o Desporto comunica um mundo novo! Comunica, na Escola, na Saúde, no Trabalho, no Lazer. O Desporto, como competição-diálogo e não competição-hostil, estabelece uma comunicação baseada na verdade, na coragem, na solidariedade. Por isso, na Escola, o professor de Desporto deve educar educando-se e conduzir sem impor e guiar sem dirigir. É evidente que, no desporto de elites (ou de alta competição, ou de alto rendimento), o treino prepara para um combate supremo mas em que a firmeza e a coragem não signifiquem ódio ou até antipatia pelo adversário.

4. “O jogo é menos um divertimento que uma atitude fundamental e talvez mesmo específica da existência humana (...). Com efeito, como já o mostrou Huizinga, quase tudo é jogo na existência humana” (Nicolas Grimaldi, *Traité de la banalité*, PUF, Paris, 2005, pp. 155/156). Ora, porque o desporto é jogo, depressa é possível concluir-se que a Educação Desportiva, na Escola, afirmará a pessoa do educando como fim último de todo





o processo educativo e radicará, solidamente, na sua liberdade e autonomia. Mas a Educação Desportiva deverá estar presente também na Universidade não só como prática extra-curricular, mas também como paradigma que se estuda e investiga, em colaboração, se possível, com outras instituições, tendo em conta que a Universidade deixou de possuir o exclusivo da investigação e produção do conhecimento científico. O clube desportivo poderá contribuir também ao desenvolvimento do desporto, procurando uma incontroversa mudança social. Mas será isso possível, quando para ele se canalizam dinheiros públicos e o Desporto se considera “um direito que o Estado deve procurar assegurar, na medida do que é justo e legítimo” (Gustavo Pires, op. cit., p.328)? Mas será isso ainda possível quando os clubes desportivos se encontram, tantas vezes, nas mãos de pessoas interessadas na manutenção do neoliberalismo vigente, ou incapazes de um questionamento da democracia puramente representativa, onde o cidadão só decide sobre uma oferta previamente estabelecida de nomes e programas? Na sociedade actual, a Educação Desportiva chega às pessoas, pelos média e pela internet, destituídos de preocupações éticas, bem mais do que pela Escola e pela Família (instituição, aliás, em crise). E sabemos o que isso representa!

5. Substituição, na Escola, da disciplina de Educação Física pela disciplina de Educação Desportiva que, por sua vez, integraria o que hoje se pratica na Educação Física e no Desporto Escolar. A Educação Física “desportivizou-se” e, portanto, deixou de existir. Aliás, epistemologicamente, já há muito tempo que morreu. Por outro lado, sugere-se a criação da Educação Desportiva, como disciplina opcional, em todos os cursos universitários. A valorização da Educação Desportiva, visando a melhoria da Qualidade de Vida de todos os cidadãos, precisa da investigação, do conhecimento universitários, para que se transforme numa das prioridades nacionais.

IV. Por fim, cabe a Educação Desportiva, na

racionalização das escolhas, em matéria de política desportiva? Tem o Desporto, na Escola, uma atitude problematizadora, diante do Desporto, da Escola e da Sociedade? Entendem os praticantes e os espectadores que o Desporto pode ser um factor de comunicação, emancipação e realização do ser humano? O Desporto tomou da cultura helénica a ideia de rivalidade, num campo de igualdade de oportunidades e ainda de espaço inigualável de êxito pessoal. Só que, quando se procura o êxito, pode chegar-se ao risco. E, em situação de risco, somos tentados a não olhar aos meios para conseguir os fins. Nesta circunstância, seria bom que o Desporto surgisse como um saber agir, ou seja, como teoria e técnica e práxis, nos termos em que o propõe Gadamer. O que vem sendo difícil, pois com uma tecnocultura electrónica que desvaloriza o pensamento e a teoria, o livro e a leitura, promovendo em sua substituição as opiniões de jornalistas e de locutores, ao serviço do mercado e da alienação das pessoas – o Desporto perde o seu carácter de moral em acção, deixa de ser instância normativa, dissolvendo-se numa prática inteiramente física e até tecnológica, absolutamente acrítica! Não se esconde que os atletas dos grandes desempenhos, ao identificarem-se com a sua Pátria, exercem funções importantes de consciência e unidade nacionais. No entanto, para quem vê no Desporto um subsistema do sistema Motricidade Humana, não pode centrar-se unicamente no espectáculo, no mercado, nos média, no poder da técnica, num certo magma pseudoteórico da ideologia biomédica, onde espectadores, praticantes, educandos são vistos como uma espécie de “tábua rasa” (John Locke) e, portanto, onde se legitima todo o tipo de autoritarismo dos dirigentes, dos treinadores, dos professores, do próprio Estado.

Dizia o Lenine que “nada é mais prático do que uma boa teoria”. Assim, em nome de um Desporto e uma Sociedade diferentes, invoco a necessidade de uma Educação Desportiva que se transforme numa Educação Problematizadora





(Paulo Freire) e, por consequência, através de uma teorização constante da prática desportiva, na Escola, no Clube, na Reabilitação, no Espectáculo, na Universidade. A propósito, poderemos escutar Manuel Ferreira Patrício: “Valorizar ou não valorizar a prática é em si mesmo um dilema pouco interessante, se não definirmos convenientemente a prática, nem a posicionarmos num sistema de pensamento que lhe dê sentido” (Lições de axiologia educacional, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, p.85). De facto, o que o costume consagra precisa de ser, periodicamente, interrogado por critérios de ordem científica, ética e política. Porque sabemos que o Desporto é um dos ramos de uma nova ciência humana; porque sabemos que um currículo nunca é neutro, emergindo dele valores de toda a ordem; porque, em Portugal, a Educação Desportiva ainda não é uma Educação Problematizadora – propõe-se, por fim, a criação da disciplina de Epistemologia da Motricidade Humana e a revisão curricular, em todos os cursos universitários de Desporto e que os programas do Ministério da Educação, para esta área do conhecimento, sejam revistos também – é que a Educação Desportiva é Educação e esta deverá decorrer de um conhecimento-emancipação, que se transforme em cidadania científica, em cidadania cognitiva e em cidadania política (servindo-me de palavras de Boaventura de Sousa Santos). Que o mesmo é dizer: o Desporto não é só uma actividade física é, sobre o mais, humana. Importa retirar daqui todas as consequências, rejeitando qualquer dualismo, designadamente o que separa a alma do corpo como reflexo do antagonismo senhor-servo, explorador-explorado.

Dir-se-á que, em Portugal, a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto nada tem a ver com o que se adianta, neste texto. Permito-me discordar, dado que o Desporto, como sistema, não é igual à soma das partes, não é compartimentável, é um todo coerente nas várias dimensões da vida

em sociedade e no universo da pluralidade dos saberes. É preciso, no meu entender, transformar o Desporto em Cultura e a Cultura em Desporto, dois elementos da mesma complexidade – a democracia participativa, o neo-socialismo, onde tudo é política, porque tudo é pensado e vivido, em ordem à construção de um mundo novo!

(\*) Texto apresentado ao Congresso do Desporto, há pouco findo.

### Correspondência:

Prof. Manuel Sérgio  
Instituto Piaget (ISEIT)  
Av. de Berna, 27 - 2.º Dto.  
1050-037 Lisboa  
E-mail: m.sergio@nrtcabo.pt

